

**Parecer nº 194/99**

Data: 1999.11.17

Processo nº 744

**Requerente:** Maria Helena dos Santos Lopes da Graça.

**I - O pedido**

Maria Helena dos Santos Lopes da Graça, identificada no processo, requereu ao Hospital de Santa Maria acesso à informação clínica de sua mãe Zulmira das Dores D´Almeida, que faleceu em 23 de Abril de 1999

Nos termos do artigo 15º, nºs 2 e 4, da Lei do Acesso aos Documentos da Administração (Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, conhecida pela sigla LADA), na redacção da Lei nº 94/99, de 16 de Julho (redacção que se terá em conta em todas as citações que dela a seguir se fizerem), o referido Hospital solicitou a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer sobre a possibilidade de revelação dos documentos requeridos.

A fundamentar esse pedido a requerente alega que pretende aceder à informação clínica de sua mãe para juntar a processo judicial já instaurado, no qual “pede responsabilidades por negligência a uma casa de repouso”.

**II - Os factos**

Consideram-se provados os alegados parentesco e falecimento, através das fotocópias do bilhete de identidade da requerente e da certidão de assento de óbito da referida Zulmira das Dores D´Almeida, que se juntaram ao processo.

Também se considera assente o facto, alegado pela requerente, de que necessita de aceder à mencionada informação clínica para junção a processo judicial em causa.

### **III - O Direito**

A Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho, permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos que contenham informações clínicas desde que satisfaçam as seguintes condições:

- Demonstrem interesse directo, pessoal e legítimo (artigo 8º, nº 2);
- A invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da CADA artigo 15º, nº 2 e artigo 20º, nº 1, alínea c) ;

É posição da CADA que o interesse directo, pessoal e legítimo existe em certas situações em que um familiar próximo da pessoa falecida, a quem se referem os dados clínicos a aceder, visa utilizar a informação aí contida para fazer valer direitos decorrentes de factos relativos à pessoa a quem dizem respeito.

O interesse invocado permite, assim, fundamentar o reconhecimento do direito do requerente no acesso aos mencionados dados pessoais.

### **IV - Parecer**

Nestes termos, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, emitir parecer favorável ao acesso directo de Maria Helena dos Santos Lopes da Graça à informação clínica de sua mãe Zulmira das Dores D'Almeida, constante de documentos arquivados no Hospital de Santa Maria, Lisboa.

Por se tratar de acesso por parte de terceiro não pode exigir-se intermediação médica, conforme a actual redacção dada ao artigo 8º da LADA pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

Conforme dispõe o artigo 10º, nº 3, da LADA, na redacção da Lei nº 8/95, de 29 de Março, *os dados pessoais comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais.*

Envie-se cópia do presente parecer à requerente e ao Hospital de Santa Maria, Lisboa.

Aprovado na sessão da CADA de 17 de Novembro de 1999.

*José Magalhães (Relator) – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)*